

10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política

Belo Horizonte, 30 de agosto a 02 de setembro, 2016.

Área Temática: Eleições e Representação Política

O ANTIPARTIDARISMO: QUEM É O ELEITOR ANTIPARTIDÁRIO?

[Versão Preliminar. Favor citar somente com autorização das autoras]

Silvana Krause/UFRGS

Adriana Paz Lameirão/UFRGS

Denise Paiva/UFG

Resumo

Muitas análises já foram elaboradas sobre a tradição da fragilidade das identidades partidárias no Brasil. Os estudos sobre identidade partidária na nova democracia se concentram basicamente em duas perspectivas. Uma é demonstrar que o eleitorado permanece com um padrão de baixa identificação com as principais legendas instituídas, outra é identificar as legendas que apresentam os melhores percentuais e elaborar modelos explicativos para os padrões encontrados. Propomos um caminho distinto. Com os dados do ESEB/2014 pretendemos avaliar o eleitor que apresenta uma rejeição específica a uma determinada legenda de expressão nacional. O eleitor que manifesta rejeição por uma organização partidária tem uma identificação com outra? Qual o perfil socioeconômico do eleitor que apresenta a rejeição por uma legenda? Há diferenças significativas entre eles? Quais? Aquele que rejeita um partido apresenta valores e atitudes distintos em relação ao que estabelece rejeição a uma outra legenda? O que determina um eleitor antipetista, antipeemedebista e antipeessedebista?

Palavras-Chave: Partidos políticos. Eleitor. Antipartidarismo. Identificação partidária.

1. Introdução

Os estudos sobre vínculos entre partidos e eleitores constituem uma agenda de pesquisa bastante vasta e consolidada no Brasil. Em relação aos enfoques adotados, as pesquisas têm procurado compreender o papel dos partidos na estruturação da escolha eleitoral, as variáveis que conformam a preferência partidária e em que medida variáveis socioeconômicas contribuem para explicar a conformação da preferência partidária no Brasil.

De forma geral, os resultados dessas pesquisas apontam para a debilidade dos laços entre o eleitorado e as agremiações partidárias com distintas explicações de natureza institucional e/ou histórica e sociológica. Nesse estudo propomos examinar outro aspecto da relação entre eleitores e partidos: o antipartidarismo. Estritamente, uma de suas dimensões, qual seja, a rejeição do eleitor por uma determinada legenda. De forma específica, identificar o perfil do eleitor que rejeita alguns dos partidos políticos que têm desempenhado papéis centrais na arena eleitoral desde a redemocratização; PT, PMDB e PSDB. Além das características socioeconômicas desse eleitor, interessa-nos conhecer também seus valores acerca da democracia, igualdade social e cotas sociais e étnico-raciais e, simultaneamente,

verificarmos se existem diferenças entre eles com respeito a essas variáveis. E ainda, buscamos identificar se tal rejeição existe concomitante com algum tipo de preferência partidária. Para levar a cabo a investigação, utilizamos os dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), especificamente aquele realizado em 2014.

O trabalho está dividido em mais três partes, além desta introdutória. Na primeira fazemos um retrospecto da literatura sobre o antipartidarismo no âmbito mais geral e em seguida abordamos o fenômeno no Brasil. Na segunda parte apresentamos o perfil dos eleitores antipartidários, as diferenças semelhanças entre eles, seus valores vis-à-vis avaliação de políticas públicas e da democracia. Por último apresentamos as considerações finais.

2. Partidarismo e Antipartidarismo

Os estudos que buscam explicar os laços e a dinâmica que se estabelecem entre o eleitor e os partidos se configura em várias dimensões. Uma questão central, nas diferentes perspectivas, é delinear as variáveis que exercem maior impacto na formação das preferências do eleitor e do partidarismo (DOWNS 1957; CAMPBELL, 1960; CONVERSE, 1964; POMPER, 1975; HIMMEWEIT, et al, 1981; FIORINA, 1981; SARTORI, 1982; POPKIN, 1994). Com uma preocupação em observar em que medida a identidade partidária conforma atitudes, crenças, valores e referências na decisão do voto Campel et al (1960) concluem que a identificação partidária fundamenta conexões estáveis entre o eleitor e as legendas. Ainda nesta linha da importância da identidade partidária para um sistema político democrático há estudos que destacam o incentivo que esta produz a participação eleitoral, pois as organizações partidárias ofertam informações e interpretações do universo político ao eleitor (POPKIN, 1994, DALTON et al, 2002).

O partidarismo é tratado na literatura especializada como um fenômeno que se estrutura numa relação de proximidade e identificação estável entre as organizações partidárias e seus eleitores. Uma conexão que não se limita ao comportamento eleitoral, mas abrangem outras dimensões do comportamento político, atitudes e crenças relativas a democracia, orientações políticas, econômicas e até posicionamentos que dizem respeito a valores. Ademais o partidarismo é visto como um elemento que além de sedimentar escolhas e orientações políticas contribui para conferir legitimidade e estabilidade ao sistema político (SCARROW, 2000; 2015; DALTON, 2002; DALTON et al 2003; PEDERSEN et al 2015).

Nos últimos anos as democracias maduras e também as mais jovens têm apresentado um movimento de declínio do partidarismo. Como reação a esse cenário as organizações partidárias têm buscado novas formas de relação com o eleitor, propondo inovações e mudanças nas estratégias de enfrentamento do desalinhamento partidário¹. As perspectivas que analisam o desalinhamento partidário abrem um debate que está no centro da agenda de pesquisas sobre partidos e sistemas partidários e apresentam interpretações distintas. (SCARROW, 2000, 2015a; WATTENBERG, 2002; NORRIS, 2002; DALTON et al 2003; MAIR, 2003; BLAIS, 2013; PEDERSEN et al 2015).

Uma dessas vertentes preconiza que o desalinhamento partidário está associado a questões que remontam aos limites do próprio sistema representativo e a emergência de novas configurações do sistema político em que as organizações partidárias não são os atores centrais na construção e formatação do debate público e das preferências do voto (MANIN, 1995). Com um posicionamento mais radical há autores que postulam o prognóstico de que com as novas formas de participação e comunicação política as organizações partidárias estariam fadadas ao desaparecimento (WHITELEY, 2011).

Em uma abordagem mais positiva, alguns estudos não defendem a previsão da extinção dos partidos, mas desenvolvem o argumento dos efeitos da queda de identificação partidária e o advento de um novo modelo de partidos. A baixa participação do cidadão e dos grupos sociais com as legendas gerou uma necessidade dos partidos se adequarem ao mercado gerando um novo tipo, o *cartel party*, conectado com o Estado e governo e esvaziado em suas conexões com os grupos sociais (KATZ e MAIR, 1994; SCHMITTER, 2001; NORRIS, 2002).

Mais preocupados em compreender os efeitos da emergência de novas formas de organização e de ação política, outros estudos analisam o papel dos diferentes modelos de democracia direta, as novas tecnologias de comunicação que se sobrepõem e seu impacto na dinâmica dos partidos e no processo de representação política (LAWSON e MERKL, 1988; DRUCKER, 1993; DESCHOUWER, 1996; TORCAL, GUNTHER e MONTERO, 2001). Uma consequência apontada é a ascensão de lideranças populistas (LIPOW e SEYD, 2006; BAQUERO e LINHARES, 2011).

No entanto, se por um lado, as teses do desalinhamento partidário, acima apresentadas, também são questionadas pelos limites dos *surveys* que se propõem a medir o fenômeno em questão (ZELLE, 1995; SCHMITT, 1989), por outro são questionadas as avaliações que são feitas sobre os altos índices de volatilidade e fragmentação partidária e

1 Sobre os mecanismos de incentivos à participação e filiação de eleitores ver: Scarrow, 2015 e 2015a.

sua relação direta de causa e efeito com o fenômeno do declínio dos partidos políticos (BARTOLINI e MAIR, 1990). Nesta linha argumentativa também é preciso verificar com mais atenção se os decrescentes percentuais de identificação partidária não seria um fenômeno associado ao perfil de um novo tipo de cidadão mais independente, com maior escolaridade e mais desfeito a estabelecer laços fixos com os partidos ou a ascensão do antipartidarismo que não são exatamente o mesmo fenômeno (KEITH, 1992; NORRIS, 2002; AARTS, 2013).

2.1 As facetas do Antipartidarismo

O antipartidarismo se manifesta em distintas dimensões sendo necessário estabelecer as diferenças para uma compreensão mais clara do fenômeno. Entre um eleitor que apresenta um certo grau de preferência partidária e aquele que não apresenta qualquer identificação com os partidos há uma fronteira que deve ser bem demarcada. É preciso distinguir não somente aquele eleitor que não tem preferência partidária daquele que tem indiferença com relação às legendas, mas também o cidadão que rejeita todas, algumas ou apenas um único partido especificamente.

A posição de um eleitor que não apresenta uma preferência partidária sinaliza um comportamento que traduz um espaço aberto que poderia ser ocupado. Indica a expressão de um cidadão que não se identifica com os partidos existentes, porém não significando uma indisposição aos partidos enquanto organização de representação política. O posicionamento deste cidadão se inclina a aceitar a importância dos partidos para a democracia e não os rejeita por princípio. Por sua vez, o eleitor que demonstra indiferença manifesta uma apatia ou desencanto e apresenta sentimentos de desconfiança no que diz respeito aos partidos como representantes da sociedade (BAQUERO e LINHARES, 2011). Diferentemente é, ainda, o cidadão que tem rejeição específica a um determinado partido e manifesta simpatias ou preferência por uma legenda.

Um sentimento mais radical e intenso é o de rejeição aos partidos de forma geral enquanto reconhecimento de organização política capaz de organizar e representar interesses da sociedade. Este eleitor condensa um sentimento de contestação aos partidos e se define como um eleitor que se caracteriza como expressão máxima do antipartidarismo.

Apesar do antipartidarismo ser um fenômeno crescente nas democracias contemporâneas, ainda são poucas as pesquisas que se dedicam ao tema e há muitos desafios a serem enfrentados na linha de investigação. Uma agenda de pesquisa com muitos caminhos a serem trilhados que dizem respeito desde a uma elaboração mais delimitada da definição e características do fenômeno, às variáveis que o determinam, seus

impactos nos regimes democráticos (KESTILÄ-KEKONNEN, 2009; RIBEIRO, CARREIRÃO e BORBA, 2011; TEIXEIRA, TSATSANIS e BELCHIOR, 2014; IGNAZI, 2014) até questões metodológicas que possibilitem estudos comparados.

Com a preocupação em definir o antipartidarismo Poguntke e Scarrow (1996) fundamentam o fenômeno como um “desafeto em relação aos partidos, inclusive sua contestação” (p. 259). De acordo com os autores há gradações que se manifestam desde uma forma radical às formas mais brandas. O antipartidarismo cultural seria uma rejeição total aos partidos e este eleitor não aceita e não vê como necessária a existência das legendas para a intermediação política e fundamentação de um sistema político competitivo. Este cidadão representa uma insatisfação sedimentada e difusa. Sob uma forma mais moderada há a manifestação de um antipartidarismo reativo que não nega a importância do papel de mediação e representação dos partidos, mas não se identifica com os partidos que atuam no cenário de uma conjuntura política específica. De acordo com os autores o antipartidarismo é também instrumentalizado para criticar partidos específicos ou para justificar a exclusão de alguns que são avaliados como atores que colocam em risco a estabilidade da democracia (1996, p. 256). Torcal, Gunther e Montero (2001) destacam que o antipartidarismo cultural se caracteriza por ser longo e se origina de tradições políticas em países com regimes autoritários ou em democracias frágeis onde as eleições não são competitivas. Em momentos de crise de governo, escândalos e transformações sociais o antipartidarismo tende a aflorar e interagir com uma tradição histórica de partidos frágeis e sem vínculos estáveis com grupos sociais.

2.2 Antipartidarismo no Brasil

O caso brasileiro é caracterizado na literatura especializada como sendo de baixa preferência partidária e de partidos avaliados com pouca confiança pelo eleitor (BALBACHEVSKY, 1992; MAINWARING, 1999; BALBACHEVSKY et al 2004; KINZO, 2005; SAMUELS, 2006; VEIGA, 2007; PAIVA ET al 2007; BRAGA e PIMENTEL, 2007; BAQUERO e LINHARES, 2011; MOISÉS e CARENEIRO, 2014).

Os *surveys* do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), ver Tabela 1, demonstram que a grande maioria do eleitorado brasileiro não percebe os partidos políticos como instituições que os representam, com exceção do ano de 2010. O ápice desta avaliação do eleitorado chega a 71,9% em 2014. Da mesma forma são os percentuais que indicam os vínculos partidários, praticamente ausentes, com novamente a exceção em 2010.

Tabela 1 – Partidos e Eleitores no Brasil²

Alguns partidos políticos representam sua maneira de pensar?					Gosta de algum partido político mais que dos outros?				
	2002	2006	2010	2014		2002	2006	2010	2014
Não	56,0%	67,0%	39,2%	71,9%	Não	50,0%	64,0%	47,7%	71,0%
Sim	39,0%	28,0%	57,9%	21,8%	Sim	48,0%	33,0%	51,7%	26,3%
NS/NR	5,0%	5,0%	2,9%	6,3%	NS/NR	2,0%	3,0%	0,6%	2,7%

Fonte: ESEB 2002, 2006, 2010 e 2014.

A partir das quatro ondas do ESEB é possível afirmar que no Brasil há um ambiente propício ao desenvolvimento do antipartidarismo. Todavia, são praticamente inexistentes estudos que tratam de analisar este fenômeno, embora alguns destaquem as baixas taxas de preferência partidária e a falta de vínculos consistentes entre o eleitor e as legendas no país (KINZO, 2005; PAIVA, BRAGA e PIMENTE, 2007; VEIGA, 2007; MARTINS, 2009). Em recentes estudos de opinião pública Telles (2015; 2015a) destaca atitudes críticas do eleitorado brasileiro no que diz respeito à atuação e funções dos partidos impactando diretamente em uma insatisfação com a política. O resultado é a emergência de um antipartidarismo reativo, isto é, um *gap* entre a inconsistência das promessas dos partidos políticos e a grande expectativa dos cidadãos em relação à eficácia das instituições e das elites partidárias.

3. Perfil socioeconômico, preferência partidária e valores dos eleitores antipeemedebistas, antipeessedebistas e antipeessedebistas

3.1 O Perfil socioeconômico faz diferença

Neste estudo, propusemo-nos a investigar uma das facetas do fenômeno antipartidarismo, a rejeição do eleitor por uma legenda específica. Para essa finalidade, utilizamos os dados de uma pergunta do ESEB 2014 que busca medir o nível de partidarismo ou antipartidarismo em relação a alguns partidos políticos³ para as três principais legendas de expressão nacional, atualmente: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

² Os entrevistados responderam às seguintes perguntas (em todas as edições do ESEB): “Alguns partidos políticos representam a sua maneira de pensar?”, “Existe algum partido político que goste mais que os outros?”. A primeira mensurou a preferência partidária (coluna à esquerda) e a segunda o “gosto” partidário (coluna à direita).

³ Os entrevistados receberam uma cartela com a lista dos partidos e responderam à seguinte pergunta: Agora gostaria de saber com mais detalhes o que o(a) sr(a) pensa sobre alguns partidos políticos. Por favor, para cada partido que eu citar, gostaria que atribuísse uma nota de 0 a 10, sendo que zero significa que o(a) sr(a) não gosta de jeito nenhum do partido e 10 que o(a) sr(a) gosta muito. Se eu falar o nome de um partido que o(a) sr(a) não conhece, apenas diga que não o conhece.

Primeiramente, procuramos distinguir se a rejeição a esses partidos diz respeito a um desprezo aos partidos em geral ou se refere, de forma mais específica, aos partidos selecionados em nosso estudo. Para tanto, classificamos aqueles que rejeitam todas as legendas indistintamente de eleitor antipartidário e aqueles que repelem somente o PT, o PMDB ou o PSDB denominados, respectivamente, antipetistas, antipeemedebistas e antipeessedebistas. O eleitor antipartidário, para nós, é aquele que respondeu não gostar de jeito nenhum (nota 0) de todos os partidos. Já o eleitor antipetista atribuiu nota zero (não gosto de jeito nenhum) somente a essa legenda e notas diferentes de zero a todas as demais. Assim classificamos, igualmente, o eleitor antipeemedebista e o antipeessedebista no que diz respeito às notas concedidas ao PMDB e ao PSDB. Com base nesses critérios pudemos isolar antipetistas, antipeemedebistas e antipeessedebistas dos antipartidários, com isso, comprovamos que, sim, há uma rejeição específica a cada uma dessas legendas e ela corresponde a mais de 50% da rejeição expressa a cada partido, conforme demonstra o Quadro 1.

Quadro 1 – Rejeição partidária (em % segundo a amostra total da pesquisa)

	Não gosta de jeito nenhum (00) TOTAL		Não gosta de jeito nenhum (00) Antipetistas		Não gosta de jeito nenhum (00) Antipartidários	
	N	%	N	%	N	%
PT	482	19,2%	268	10,7%	214	8,5%
	Não gosta de jeito nenhum (00) TOTAL		Não gosta de jeito nenhum (00) Antipeemedebistas		Não gosta de jeito nenhum (00) Antipartidários	
	N	%	N	%	N	%
PMDB	446	17,8%	232	9,3%	214	8,5%
	Não gosta de jeito nenhum (00) TOTAL		Não gosta de jeito nenhum (00) Antipeessedebistas		Não gosta de jeito nenhum (00) Antipartidários	
	N	%	N	%	N	%
PSDB	438	17,4%	224	8,9%	214	8,5%

Fonte: Elaboração própria com base no Eseb 2014. N = 2506

O esforço em compreender as bases e motivações dos comportamentos e atitudes políticas dos indivíduos a partir de suas inserções nos grupos sociais (LAZARFELD, BERELSON, GAUDET, 1954) já é amplamente conhecido e debatido na ciência política. O escopo desta perspectiva se remete à escola sociológica que se filia ao entendimento de que o cidadão constrói e define suas escolhas a partir do seu processo de socialização e suas decisões e identidades são condicionadas e estruturadas por este ambiente.

Assim, primeiramente analisamos esses três grupos de eleitores com a finalidade de conhecer seus perfis socioeconômicos e oferecer uma radiografia destes sujeitos com seus traços distintos. Após nos concentramos em detectar a existência ou não de identificação partidária desses eleitores com outra legenda bem como averiguar seus valores e atitudes

em relação à democracia, à igualdade social e às políticas afirmativas e destacar diferenças significativas entre eles em relação a essas variáveis.

Os eleitores antipetistas, antipeemedebistas e antipeessedebistas estão mais concentrados na faixa etária de 25 a 44 anos (respectivamente, 43%, 43,8% e 45%), guardando semelhança com a distribuição por faixas de idade da amostra total da pesquisa (43,1%).

Com relação à cor da pele, os antipetistas identificam-se majoritariamente (52%) como brancos, enquanto que os antipeemedebistas (58,3%) e os antipeessedebistas (66,3%) como pretos ou pardos. É perceptível a distinção de auto-referências marcando fronteiras muito claras e significativamente polarizadas.

No que diz respeito à escolaridade, a distribuição desses grupos de entrevistados também guarda relação com a da amostra total, no entanto, chama a atenção o fato de entre os antipetistas haver menor percentual de pessoas analfabetas (2,1%) ou com ensino fundamental incompleto (20,2%) do que entre o total de respondentes (4,2% e 31,4%, respectivamente). Outro dado destacável é a sobrerrepresentação de pessoas com ensino superior completo ou pós-graduação entre os antipetistas.

Conforme se pode observar na Tabela 2, os antipetistas são mais escolarizados do que os antipeemedebistas e os antipeessedebistas. Cerca de 58,0% deles possuem ensino médio completo ou ensino superior incompleto (ou especialização) ou completo ou pós-graduação. Já entre os antipeemedebistas o percentual de eleitores com esses graus de escolaridade diminui para 46,9% e entre os antipeessedebistas reduz para 44,1%.

As constatações acima, especialmente as diferenças de escolaridade entre os antipetistas e antipeessedebistas, levam a uma futura investigação mais sistematizada a respeito dos seus impactos sobre atitudes, crenças e valores. O eleitor mais sofisticado, articulado e com acesso a informações mais elaboradas, o antipetista, se posiciona com ideologia, valores e atitudes diferenciadas do antipeessedebista? De que forma, em que dimensões e com qual intensidade isto pode ser observado? (CONVERSE, 1964; NEUMANN, 1986)

Tabela 2 – Escolaridade

	Antipetistas		Antipeemedebistas		Antipeessedebistas		Total de Entrevistados	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Analfabeto / Nunca frequentou a escola	6	2,1%	9	3,9%	11	4,9%	106	4,2%
Ensino Fundamental Incompleto	54	20,2%	70	30,2%	77	34,2%	787	31,4%
Ensino Fundamental Completo	29	10,7%	22	9,4%	21	9,4%	303	12,1%
Ensino Médio Incompleto	24	8,8%	23	9,7%	16	7,4%	203	8,1%
Ensino Médio Completo	81	30,3%	70	30,0%	64	28,5%	675	26,9%
Ensino Superior Incompleto ou Especialização (técnico após o Ensino Médio)	28	10,5%	15	6,4%	14	6,4%	203	8,1%
Ensino Superior Completo ou Pós-Graduação ou mais	47	17,4%	24	10,5%	21	9,2%	230	9,1%
Total	268	100,0%	232	100,0%	224	100,0%	2506	100%

Fonte: Eseb, 2014.

Concernente à renda familiar mensal, 57,3% dos antipetistas, 58,4% dos antipeemedebistas e 61,5% dos antipeessedebistas percebem entre mais de dois até cinco salários mínimos. Há 26,5% de antipetistas, 37,4% de antipeemedebistas e 39% de antipeessedebistas que recebem até dois salários mínimos (até 1 salário mínimo ou mais de 1 até 2 salários mínimos). Auferem renda mais elevada (entre mais de 5 a mais de 15 salários mínimos) 35,1% de antipetistas, 24,4% de antipeemedebistas e 23,4% de antipeessedebistas.

As diferenças percebidas quanto à escolaridade para o grupo de eleitores que rejeita o PT refletem-se também em relação à renda familiar: há menor proporção de antipetistas nas faixas de baixa renda (até 1 salário mínimo e mais de 1 até 2 salários mínimos) e maior parcela nas de maior renda (mais de 5 a mais de 15 salários mínimos) comparativamente aos outros dois grupos analisados. Com os antipeemedebistas e os antipeessedebistas ocorre exatamente o inverso: há maior índice de eleitores nas faixas de menor renda (até 1 salário mínimo e mais de 1 até 2 salários mínimos) e menor percentual nas de maior renda (mais de 5 a mais de 15 salários mínimos). Há um visível “recorte social” que caracteriza e diferencia especialmente o eleitor antipetista e antipeessedebista que se apresenta no nível educacional e econômico.

Quanto à variável ocupação, os antipetistas também destoam daqueles que rejeitam o PMDB e o PSDB e também da amostra total no que respeita à categoria patrão: enquanto essa tem 4,8% de pessoas com essa ocupação, a amostra de antipetistas possui 8,6%. Já entre os antipeemedebistas essa porcentagem é de 5,1% e entre os peessedebistas é de 3,8%.

Com relação à localização geográfica, há maior concentração de eleitores antipetistas, antipeemedebistas e antipeessedebistas na região sudeste, seguida pela região nordeste (ver Tabela 3). No entanto, é possível destacar algumas diferenças na distribuição geográfica destes eleitores. Há uma proporção maior de antipetistas na região sudeste (58,3%) quando comparados com antipeemedebistas (50,5%) e antipeessedebistas (44,7%) e essa percentagem é bem mais elevada do que a da amostra total de entrevistados (44,1%). Por outro lado, a região nordeste concentra um percentual bem menor de antipetistas (17,1%) e mais antipeemedebistas (33,1%) e antipeessedebistas (37,0%) do que a amostra total da pesquisa (25,8%). Ao desmembrarmos esses dados por estados, vemos que cerca de 40% dos eleitores antipetistas se localizam em São Paulo, proporção muito acima dos 22,9% da amostra total de entrevistados residentes nesse estado.

Tabela 3 – Localização geográfica

		Antipetistas		Anti-peemedebistas		Anti-peessedebistas		Total de Entrevistados	
		N	%	N	%	N	%	N	%
Região	Norte	8	3,0%	7	3,0%	10	4,5%	196	7,8%
	Nordeste	46	17,1%	77	33,1%	83	37,0%	645	25,8%
	Centro - Oeste	15	5,6%	18	7,7%	16	7,1%	196	7,7%
	Sudeste	156	58,3%	117	50,5%	100	44,7%	1106	44,1%
	Sul	43	16,0%	13	5,6%	15	6,7%	364	14,5%
	Total	268	100,0%	232	100,0%	224	100,0%	2506	100,0%
Estado	RO, AC, AM, RR, PA, AP e TO	8	3,0%	7	3,0%	10	4,5%	196	7,8%
	MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE e BA	46	17,1%	77	33,1%	83	37,0%	645	25,8%
	MS, MT, GO, DF	15	5,6%	18	7,7%	16	7,1%	195	7,7%
	MG	28	10,4%	21	9,0%	17	7,6%	266	10,6%
	ES	6	2,2%	2	0,9%	3	1,3%	56	2,2%
	RJ	14	5,2%	18	7,7%	15	6,7%	210	8,4%
	SP	108	40,4%	76	32,9%	65	29,1%	574	22,9%
	PR	25	9,3%	6	2,6%	8	3,6%	140	5,6%
	SC	5	1,9%	6	2,6%	2	0,9%	84	3,4%
	RS	13	4,8%	1	0,4%	5	2,2%	140	5,6%
	Total	268	100,0%	232	100,0%	224	100,0%	2506	100%

Fonte: Eseb, 2014.

3.2 O avesso do Anti (PT, PSDB e PMDB): o eleitor com preferência partidária

No que diz respeito à preferência partidária, importou-nos apurar se esse eleitor que manifesta rejeição exclusiva ao PT, ao PMDB ou ao PSDB possui preferência partidária por outra legenda. A maioria dos antipetistas (41,5%) declarou ter preferência por algum partido

político, um pouco mais da metade dos antipeemedebistas (50,8%) e a maior parte dos antipeessedebistas (59,5%) também disseram haver uma legenda da qual gostam mais.

Dentre os antipetistas que revelaram ter identificação partidária, 58,4% deles gostam do PSDB, 19,9% do PMDB e 6,8% do DEM (Democratas). Dentre os antipeemedebistas, 67,9% gostam mais do PT e 13,4% preferem o PSDB. Dentre os antipeessedebistas, 78,6% têm preferência partidária pelo PT e 6,9% pelo PMDB.

No tocante aos valores em relação à democracia, 64% dos antipetistas responderam que a democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo, percentual bastante similar ao dos antipeemedebistas (64,5%) e que se eleva para 66,6% entre os antipeessedebistas. Cabe ressaltar que existe uma pequena parcela de antipetistas (11,1%), de antipeemedebistas (7,9%) e de antipeessedebistas (8,7%) que pensam que em algumas situações é melhor uma ditadura do que uma democracia. Mesmo quando a pergunta introduz a afirmativa de que a democracia possui alguns problemas⁴, ainda assim a maioria dos antipetistas, dos antipeemedebistas e dos antipeessedebistas concorda (muito ou um pouco)⁵ que aquela é melhor do que outra forma de governo.

A maior parte dos antipetistas (64,3%), dos antipeemedebistas (68%) e dos antipeessedebistas (66,9%) concorda (muito ou um pouco) que a democracia só será verdadeira quando acabar com a miséria. Porém, quando confrontados com duas afirmativas antagônicas em relação à igualdade de renda dividem-se entre ambos os extremos (ver Tabela 4, mais abaixo)⁶. No grupo de antipetistas, 15,4% concordam totalmente que a renda deve ser distribuída de forma mais igualitária, 14,8% concordam totalmente que as diferenças de renda servem como incentivo ao esforço individual e 22% não concordam com nenhum dos dois enunciados. No conjunto de antipeemedebistas, 19,1% concordam totalmente que a renda deve ser distribuída de forma mais igualitária, 13,2% concordam totalmente que as diferenças de renda servem como incentivo ao esforço individual e 22,6% não concordam nem com a primeira nem com a segunda declaração. No universo de antipeessedebistas, 19,9% concordam totalmente que a renda deve ser distribuída de forma mais igualitária, 12,5% concordam totalmente que as diferenças de renda servem como incentivo ao esforço individual e 22,2% não concordam com nenhuma

⁴ Os entrevistados responderam à seguinte questão: Vou ler mais algumas frases e gostaria que para cada uma delas o(a) sr(a) dissesse se concorda ou discorda. c) A democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo.

⁵ As alternativas de respostas eram: concorda muito, concorda um pouco, nem concorda nem discorda (espontânea), discorda um pouco e discorda muito.

⁶ Numa escala de 01 a 10, onde 1 significa que o entrevistado concorda totalmente com a primeira afirmação e 10 que o respondente concorda totalmente com a segunda afirmação; se o seu ponto de vista estivesse entre as afirmações ele deveria escolher um número entre elas. As posições 5 e 6 dessa escala, na nossa interpretação dos dados, são entendidas como uma não concordância com nenhuma das duas afirmativas e estamos apresentando seus dados de forma agregada.

das duas afirmativas, como se pode perceber as diferenças não são muito significativas nesse quesito.

No entanto, quando a questão diz respeito às políticas de distribuição de renda, nos três grupos de respondentes o percentual daqueles que concordam, em algum grau, com a assertiva de que as pessoas precisam se responsabilizar mais para garantir seu próprio sustento é maior do que aquele dos que concordam, em alguma medida, que o governo precisa se responsabilizar mais para garantir o sustento de todos. Conforme demonstra a Tabela 4, entre os antipetistas 48,9% concordam, em algum grau, que as pessoas precisam se responsabilizar mais para garantir seu próprio sustento, 27,8% concordam, em alguma medida, que o governo precisa se responsabilizar mais para garantir o sustento de todos e 21,8% não concordam nem com um nem com o outro ponto de vista. Entre os antipeemedebistas e os antipeessedebistas, respectivamente, 46,3% e 43% concordam, em algum grau com a primeira assertiva, 27,9% e 31,3% concordam, em alguma medida, com a segunda e 23,9% e 23,7% não concordam com nenhuma.

Contudo, quando a questão trata genericamente sobre políticas de diminuição da desigualdade de renda, o apoio a esse tipo de medida governamental é muito maior: 80,3% dos antipetistas concordam (total ou um pouco) que o governo deveria tomar medidas para diminuir as diferenças entre os níveis de renda, assim como 83,6% dos antipeemedebistas e 84,3% dos antipeessedebistas.

Tabela 4 – Ponto de vista acerca da distribuição de renda e de políticas de distribuição de renda

	Antipetistas		Antipeemedebistas		Antipeessedebistas	
	N	%	N	%	N	%
(01) - A renda deve ser distribuída de forma mais igualitária	41	15,4%	44	19,1%	45	19,9%
(02)	13	4,9%	10	4,3%	13	6,0%
(03)	16	5,9%	12	5,1%	19	8,5%
(04)	14	5,2%	8	3,4%	11	5,1%
(05)	33	12,2%	26	11,2%	28	12,3%
(06)	26	9,8%	26	11,4%	22	9,9%
(07)	30	11,1%	20	8,6%	13	5,9%
(08)	31	11,6%	30	12,8%	22	9,7%
(09)	16	6,1%	16	6,9%	12	5,4%
(10) - As diferenças de renda servem como incentivo ao esforço individual	40	14,8%	31	13,2%	28	12,5%
Não sabe	8	2,9%	5	2,3%	7	3,1%
Não respondeu	0	0,0%	4	1,7%	4	1,8%
Não se Aplica	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Total	268	100,0%	232	100,0%	224	100,0%

...continua

...continuação						
(01) - O governo precisa se responsabilizar mais para garantir o sustento de todos	23	8,6%	31	13,5%	34	15,2%
(02)	11	4,0%	7	2,8%	7	2,9%
(03)	20	7,3%	12	5,3%	17	7,7%
(04)	20	7,5%	15	6,3%	12	5,5%
(05)	36	13,6%	34	14,6%	33	14,8%
(06)	22	8,2%	22	9,3%	20	8,9%
(07)	23	8,5%	23	9,7%	20	9,0%
(08)	31	11,6%	22	9,5%	21	9,3%
(09)	24	9,1%	15	6,6%	12	5,3%
(10) - As pessoas precisam se responsabilizar mais para garantir seu próprio sustento	53	19,7%	48	20,5%	43	19,4%
Não sabe	5	1,9%	4	1,9%	5	2,1%
Não respondeu	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Não se Aplica	0	0,0 %	0	0,0%	0	0,0%
Total	268	100,0%	232	100,0%	224	100,0%

Fonte: Eseb, 2014.

Quando a questão remete às cotas sociais, 43,3% dos antipetistas concordam (muito ou um pouco) com a assertiva de que em qualquer situação as pessoas mais pobres devem ter mais chances do que as ricas, 26,6% não concordam nem discordam e 32,9% discordam (um pouco ou muito). Entre os eleitores antipeemedebistas, 54,0% concordam (muito ou um pouco) com essa afirmativa, 22,2% não concordam nem discordam e 22,0% discordam (um pouco ou muito). No grupo antipeessedebista, 57,2% concordam (muito ou um pouco) com essa declaração, 21,9% não concordam nem discordam e 18,5% discordam (um pouco ou muito).

Com relação a cotas raciais, 32,9% dos eleitores antipetistas discordam (um pouco ou muito) da afirmativa de que as cotas reservadas para negros e índios prejudicam quem tem mais competência, 44,5% concordam (total ou um pouco) com ela e 20,3% não concordam nem discordam. No universo de antipeemedebistas, 37,1% discordam (um pouco ou muito) dela, 37,0% concordam (muito ou um pouco) com ela e 21,6% não concordam nem discordam. Entre os antipeessedebistas, 39,2% discordam (um pouco ou muito) dessa assertiva, 31,9% concordam (muito ou um pouco) com ela e 23,2% não concordam nem discordam.

4. Considerações finais: O eleitor antipartidário partidarizado

Neste trabalho, analisamos um grupo específico de eleitores antipartidários, qual seja, aqueles que manifestam rejeição a uma determinada legenda e não a todas. Particularmente, interessou-nos aqueles que rejeitam o PT, o PMDB e o PSDB.

Além de buscarmos conhecer as características socioeconômicas desses eleitores que rejeitam uma legenda específica, onde se localizam geograficamente, se têm identificação partidária com alguma legenda e com qual, também intentamos descobrir quais eram seus valores a respeito da democracia, igualdade social e políticas afirmativas. E, ainda, verificamos se existem diferenças entre eles com respeito a essas variáveis. Tudo isso com o intuito de traçarmos o perfil desses eleitores.

Com base nos dados apresentados anteriormente, podemos afirmar que o eleitor antipetista é aquele que tem identificação partidária com o PSDB, que o antipeessedebista é aquele que possui preferência partidária pelo PT e que o antipeemedebista é aquele que se identifica com o PT. E eles diferem entre si no tocante ao grau de escolaridade, à faixa de renda salarial, à raça e aos valores pessoais acerca da distribuição de renda, cotas sociais e raciais.

Acima de 40% dos antipetistas têm idade entre 25 e 44 anos e são, majoritariamente, brancos. Mais da metade deles possui maior grau de escolaridade (de ensino médio completo a pós-graduação) e renda familiar mensal na faixa entre mais de dois até cinco salários mínimos. Ademais, 35,1% deles têm rendimento familiar mensal acima de cinco, dez ou quinze salários mínimos. Maior proporção desses eleitores trabalha como empregados do que por conta própria, mas há um índice bastante elevado, em relação aos outros grupos analisados e ao próprio conjunto da amostra, que labora como patrões. É, principalmente, um eleitor paulista.

Comparados aos outros dois grupos de eleitores analisados, menor número de antipetistas concorda totalmente que a distribuição de renda deve ser mais igualitária. O mesmo ocorre com relação à concordância em relação a cotas sociais e raciais. A esse respeito, é bem mais elevado o percentual de antipetistas que discorda que os mais pobres tenham mais chances do que os ricos em qualquer circunstância. E também é superior a proporção de antipetistas que concordam que cotas para negros e índios prejudicam quem tem mais competência.

Os antipeemedebistas também têm maior concentração de pessoas na faixa etária de 25 a 44 anos e quase 60% deles são pretos ou pardos. A maioria deles possui menor escolaridade, incluindo desde o analfabetismo a, no máximo, ensino médio incompleto. E são mais numerosos do que os antipetistas entre aqueles com renda familiar mensal de até

dois salários mínimos. Quanto à localização geográfica, há uma concentração de antipeemedebistas ligeiramente superior à da amostra total da pesquisa na região sudeste, mas ela é bem mais elevada na região nordeste.

No tocante aos valores com relação à distribuição igualitária de renda, há maior quantidade de antipeemedebistas que concordam totalmente que a renda deve ser distribuída de forma mais igualitária. Acerca das cotas sociais, mais da metade dos antipeemedebistas concordam que em qualquer situação as pessoas mais pobres devem ter mais chances do que as ricas. No que diz respeito às cotas raciais, as opiniões dividem-se entre aqueles que concordam que elas prejudicam quem tem mais competência e aqueles que discordam desse ponto de vista.

O perfil do antipeessedebista é bem semelhante ao do antipeemedebista. Contudo, há algumas diferenças para serem destacadas. Esse grupo de eleitores possui maior percentual de pretos e pardos do que o de antipeemedebistas, sendo, esse, superior a 65,0%. Tem maior índice de pessoas com baixa escolaridade (até ensino médio incompleto) e com menor renda (até 2 salários mínimos) do que o grupo que rejeita o PMDB. E está ainda mais sobrerrepresentado do que os antipeemedebistas na região nordeste.

No entanto, esse grupo de eleitores possui maior percentual de pretos e pardos do que o de antipeemedebistas, sendo, esse, superior a 65,0%. Tem maior índice de pessoas com baixa escolaridade e com menor renda (até 2 salários mínimos) do que o grupo que rejeita o PMDB. E está ainda mais sobrerrepresentado do que os antipeemedebistas na região nordeste.

Com relação às cotas sociais, a proporção de eleitores antipeessedebistas que concordam que os mais pobres devem ter mais chances do que as ricas em qualquer situação é maior do que o de antipeemedebistas e bem mais elevado do que o de antipetistas. Quanto às cotas sociais, o grupo de antipeessedebistas é o que contém maior porcentagem de pessoas com discordância à afirmativa de que as cotas para negros e índios prejudicam as pessoas mais competentes.

Os dados discutidos permitem-nos apreender que há um claro recorte de estratos sociais entre esses três grupos investigados. Os antipeemedebistas e, especialmente, os antipeessedebistas, pertencem a camadas sociais menos abastadas. Não por acaso, os antipeessedebistas são mais favoráveis a cotas sociais e apresentam menor rejeição a cotas étnico-raciais.

Referências Bibliográficas

- AARTS, K.; BLAIS, A.; SCHMITT, H. (Ed.). *Political leaders and democratic elections*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- BALBACHEVSKY, E. Identidade partidária e instituições políticas no Brasil. *Lua Nova*, n. 26, p. 133-66, 1992.
- BALBACHEVSKY, E.; HOLZHACKER, D. O. Identidade, oposição e pragmatismo: o conteúdo estratégico da decisão eleitoral em 13 anos de eleições. *Opinião Pública*, Campinas, v. X, n. 2, p. 242-253, 2004.
- BARTOLINI, S.; MAIR, P. *Identity, competition and electoral availability: the stabilisation of European electorates, 1885-1985*. New York: Cambridge University Press, 1990.
- BAQUERO, M.; LINHARES, B. F. Por que os brasileiros não confiam nos partidos? Bases para compreender a cultura (anti)partidária e possíveis saídas. *Revista Debates*, v. 5, n. 1, p. 89-114, 2011.
- BLAIS, A. Political leaders and democratic elections. In: AARTS, K.; BLAIS, A.; SCHMITT, H. (Ed.). *Political leaders and democratic elections*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- BRAGA, M. S.; PIMENTEL, J. Os partidos políticos brasileiros realmente não importam? *Opinião Pública*, v. 17, n. 2, p. 271-303, nov. 2007.
- CAMPBELL, A. et al. *The American voter*. New York: John Wiley, 1960.
- CONVERSE, P. The nature of belief systems in mass publics. In: APTER, D. (Ed.). *Ideology and Discontent*. New York: The Free Press of Glencoe, 1964.
- DALTON, J.; MCALLISTER, I.; WATTENBERG, M. Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas. *Análise Social*, v. XXXVIII, n. 167, p. 295-320, 2003.
- DALTON, R.; MCALLISTER, I.; WATTENBERG, M. 'The consequences of partisan dealignment'. In: DALTON, R.; WATTENBERG, M. (Ed.). *Parties without Partisans*. Political change in advanced industrial democracies. Oxford: Oxford University Press, 2002. p. 37-63.
- DESCHOUWER, K. Political parties and democracy: A mutual murder? *European Journal of Political Research*, v. 29, p. 263-278, 1996.
- DOWNS, A. *An economic theory of democracy*. New York: Harper & Row Publisher, 1957.
- DRUCKER, P. *Sociedade pós-capitalista*. São Paulo: Pioneira, 1993.
- FIORINA, M. *Retrospective voting in American National Elections*. New Haven: Yale University Press, 1981.
- HIMMEWEIT, H. et al. *How voters decide*. London: Academic Press Incorporation Ltda., 1981.
- IGNAZI, P. Power and the (il) legitimacy of political parties: An unavoidable paradox of contemporary democracy? *Party Politics*, v. 20, n. 2, p. 160-169, 2014.
- KATZ, R.; MAIR, P. *How parties organize*. Change and adaptation in party organizations in western democracies. London: Sage Publications, 1994.
- KEITH, B. et al. *The myth of the independent voter*. Berkeley: University of California Press, 1992.

- KESTILLÄ-KEKONNEN. Anti-party sentiments among young adults. Evidence from fourteen West European Countries. *Young*, v. 17, n. 2, p. 145-165, 2009.
- KINZO, M. D. G. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 57, p. 65-81, 2005.
- LAWSON, K.; MERKL, P. *When parties fail: emerging alternative organizations*. Princeton: Princeton University Press, 1988.
- LASARFELD, P. F.; BERELSON, B.; GAUDET, H.. The People's Choice: How the voter makes up his mind in a presidential Election. New York: Columbia University Press, 1948 [1943].
- LIPOW, A.; SEYD, P. The politics of anti-partyism. *Parliamentary Affairs*, v. 49, n. 2, p. 273-284, April 1996.
- MAINWARING, S. *Rethinking party systems in the third wave of democratization: the case of Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 1999.
- MAIR, P. Os partidos políticos e a democracia. *Análise Social*, v. XXXVIII, n. 167, p. 277-293, 2003.
- MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 10, n. 29, p. 5-34, 1995.
- MARTINS JR., J. P. Modelo sociológico de decisão de voto presidencial no Brasil 1994-2006. *Revista Debates*, v. 3, n. 2, p. 68-96, 2009.
- MENEGUELLO, R. *PT: a formação de um partido 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MOISÉS, J. A.; CARNEIRO, G. P. Sobre o enraizamento dos partidos na Sociedade Brasileira. *Interesse Nacional*, n. 28, 2014. Disponível em: <http://interessenacional.com/index.php/edicoes-revista/sobre-o-enraizamento-dos-partidos-politicos-na-sociedade-brasileira-2/>. Acesso em: 11 jul. 2016.
- NEUMAN, W. R. *The Paradox of mass politics: knowledge and opinion in the American electorate*. Cambridge Harvard University Press, 1986
- NORRIS, P. *Democratic Phoenix: reinventing political activism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- PAIVA, D.; BRAGA, M. S. S.; PIMENTEL, J. Eleitorado e partidos políticos no Brasil. *Opinião Pública*, v. 13, n. 2, p. 388-408, nov. 2007.
- PEDERSEN, H.; SCARROW, S.; VAN HAUTE, E. Rules of engagement? Party membership costs, new forms of party affiliation, and partisan participation. Paper presented at ECPR General Conference, Montreal, August 2015. Disponível em: <http://www.politicalpartydb.org/working-papers/> Acesso em: mai. 2016.
- POGUNTKE, T.; SCARROW, S. The politics of anti-party sentiment: Introduction. *European Journal of Political Research*, v. 29, n. 3, p. 257-262, 1996.
- POMPER, G. *Voter's choices*. New York: Harper & Row, 1975.
- POPKIN. S. *The reasoning voter*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

RIBEIRO, E., CARREIRÃO, Y.; BORBA, J. Sentimentos partidários e atitudes políticas entre brasileiros. *Opinião Pública*, v. 17, n. 2, p. 338-368, nov. 2011.

SAMUELS, D. Sources of mass partisanship in Brazil. *Latin American Politics and Society*, v. 48, n. 1, p. 1-27, 2006.

SARTORI, G. *Partidos e sistemas partidários*. Brasília: Ed. UnB, 1982.

SCARROW, S. *Beyond party members: changing approaches to Partisan mobilization*. London: Oxford University Press, 2015.

SCARROW, S. Boosting Partisan Engagement by Re-Thinking Party Membership. 2015b. Disponível em: <http://21cparties.org/post/138934648583/boosting-partisan-engagement-by-re-thinking-party>. Acesso em: mar. 2016.

SCARROW, S. 'Parties without members?'. In: DALTON, R. J.; WATTENBERG, M. P. (Ed.). *Parties without Partisans*. Political change in advanced industrial democracies. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 79-101.

SCHMITT, H. On party attachment in western Europe and the utility of the Eurobarometer data. *West European Politics*, v. 12, p. 122-139, 1989.

SCHMITTER, P. Parties are not what they once were. In: In: DIAMOND, L.; GUNTHER, R. (Ed.). *Political parties and democracy*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.

TEIXEIRA, C. P.; TSATSANIS, E.; BELCHIOR, A. M.. 'A necessary evil' even during hard times? Public support for political parties in Portugal before and after the bailout. *Party Politics*, v. 20, n.2, p. 160-169, 2014.

TELLES, H. de S. Corrupção, antipetismo e nova direita: elementos da crise político institucional. *GVExecutivo*, v. 14, n. 2, p. 37-39, 2015b.

TELLES, H. de S. Corrupção, legitimidade democrática e protestos; o boom da direita política nacional. *Interesse nacional*, n. 30. p. 28-46, 2015a. Disponível em: <http://interessenacional.com/index.php/edicoes-revista/corruptao-legitimidade-democratica-e-protestos-o-boom-da-direita-na-politica-nacional/>. Acesso em: 02 de jul. 2016

TORCAL, M.; GUNTHER, R.; MONTERO, J. R. Anti-party sentiments in Southern Europe (2001). *Working Paper* n. 170.

VEIGA, L. Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002. *Opinião Pública*, v. 13, n. 2, p. 340-365, 2007

WATTENBERG, M. *Without partisans: political change in advanced industrial democracies*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

WHITELEY, P. Is the party over? The decline of party activism and membership across the democratic world. *Party Politics*, v. 17, n. 1, p. 21-44, 2011.

ZELLE, C. Social dealignment vs. political frustration: contrasting explanations of the floating vote in Germany. *European Journal of Political Research*, v. 27, p. 319-345, 1995.